

ECONOMIA COLONIAL E ECONOMIA NACIONAL EM *CAIO PRADO JÚNIOR*
E CELSO FURTADO.

Igor Zanoni Constant Carneiro Leão *

Resumo

O artigo compara a Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado, à História econômica do Brasil, de Caio Prado Júnior, indicando a precedência - nas linhas fundamentais de análise histórica e de visão da formação sócio-econômica brasileira - de Caio sob Furtado, ainda que este revele uma maestria em análise econômica que Caio não possuía. A recentemente publicada tese de doutorado de 1948 de Furtado, confirma essa visão na medida em que este dá aí os devidos créditos a Caio Prado Júnior e a outros autores na conformação de sua visão histórica do Brasil.

Celso Furtado é o último de nossos pensadores clássicos vivo, explicando de forma rigorosa e crescentemente complexa e abrangente o tortuoso e ainda inconcluso processo de formação nacional brasileira. Pensamos que a análise de *Furtado*, como a de *Florestan Fernandes*, tem uma convergência às vezes esquecida com a de *Caio Prado Júnior*, como assinala *Maria da Conceição Tavares*:

“O foco analítico principal de todos eles esteve centrado no desenvolvimento desigual do capitalismo – com especial ênfase de *Furtado* no progresso técnico – tendo em vista explicar tanto a falta de “autonomia” da nossa burguesia para promover o desenvolvimento sustentado do mercado interno como a nossa heterogeneidade social e a ausência de uma ordem interna verdadeiramente democrática.”

Esta é a visão dos nossos mestres, patrimônio da esquerda que ela deve continuamente atualizar analítica e politicamente mantendo sua força e coerência. Este texto é um desdobramento de parte de nossa tese de doutorado sobre o pensamento de *Caio Prado Júnior*.

É importante notar com professor Tamás Szmrecsányi que Furtado até recentemente manteve inédita sua tese de doutorado *Economia colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII – elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais* (1948), afinal publicada pelo próprio professor Tamás, como editor da Hucitec/Abphe no ano de 2000. Em seu texto *Sobre a*

formação da Formação Econômica do Brasil de C. Furtado, o professor Tamás observa o caráter extremamente sintético e de difícil assimilação por aqueles sem preparo econômico e /ou histórico da obra mestre de Furtado. Faltam sobretudo as fontes da bibliografia histórica brasileira além da muito citada e utilizada como origem de dados *História econômica do Brasil* (1ª edição, 1944) de Roberto Simonsen.

Essas lacunas prejudicam, como assinala ainda o professor Tamás, a compreensão do posicionamento historiográfico do autor, classificado como um economista com bons conhecimentos de história. Ora, a tese de doutorado é clara quanto àquelas fontes como Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Louis Couty, J. F. Normano, René Coutin e Hermann Watz. Interessa-me sobretudo a utilização de Caio Prado Júnior, porque penso que há um profundo vínculo teórico entre Celso Furtado e esse historiador e militante político. No fundamental, penso que esse vínculo foi assim expresso por Furtado: “O ponto de partida de qualquer projeto alternativo de nação terá de ser, inevitavelmente, o aumento da participação do povo nos centros de decisão do país” (ver op. cit. Maria da Conceição Tavares). Minha visão é que, embora Furtado não cite Caio Prado Júnior na *Formação econômica do Brasil* a perspectiva é a da construção de uma nação que, nascida como peça de acumulação primitiva à época do nascimento do capitalismo, progressivamente internaliza seus centros de decisão e progressivamente se constrói como nação em termos econômicos e sociais.

Levantamos aqui alguns pontos centrais de *Formação Econômica do Brasil*, texto seminal de Celso Furtado, para mostrar como este autor pensa originalmente o desenvolvimento da economia brasileira. A seguir faremos uma comparação entre Furtado e a visão teórica de Caio Prado Júnior, continuamente reiterada em sua obra.

Os conceitos fundamentais de Furtado são, como em Caio Prado Júnior, os de economia colonial e economia nacional. Este último é definido como um sistema econômico autônomo, capaz de gerar seu próprio impulso de crescimento, implicando portanto a industrialização a partir da conformação de um mercado interno e a ausência de separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno. Trata-se de uma economia que é dirigida de dentro para fora, à semelhança das economias desenvolvidas da Europa contemporânea e EUA. Por sua vez, a economia colonial funda-se na produção agrícola para exportação, caracterizando-se por um dinamismo marcado pelas

necessidades do mercado externo e pela sujeição a bruscas contrações econômicas. Caracteriza-se também por uma grande concentração da renda e pela apropriação de grande parte dessa renda por capitais forâneos, bem como, por um baixo padrão médio de consumo em relação ao nível de produção per capita. Os gastos de consumo se concentram numa reduzida classe de proprietários e se satisfazem com importações, ao invés de se distribuírem pelo conjunto da população. O processo de desenvolvimento é o de transição da economia colonial para a economia nacional, e a análise de *Furtado* centra-se no mecanismo econômico que sustenta essa transição, ou seja, na explicação da sua dinâmica econômica.

As principais etapas nessa transição serão assinaladas, em primeiro lugar, pela independência política e a consolidação da integridade territorial, que se firmam apenas em meados do século passado, quando a expansão cafeeira e a ampliação das relações econômicas com os EUA permitem assegurar um sentido de independência face à Inglaterra, eliminando-se os obstáculos políticos e diplomáticos que impediam um maior raio de ação à política econômica do governo central e a consolidação da sua autoridade. Uma segunda etapa é assinalada pela expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, quando se modificaram as bases do sistema econômico especialmente com a liquidação do uso da mão-de-obra escrava e a introdução do trabalho assalariado, que confere uma nova dinâmica ao sistema. A primeira metade do século XIX é pois uma etapa de transição política, e, a segunda, sua etapa de transição econômica para a economia nacional. Esta começa por firmar-se no século XX, em particular após 1930, quando as tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise dão origem aos elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar seu próprio impulso de crescimento. Conclui-se então, definitivamente, a etapa colonial da economia brasileira.

A partir daí, podemos ver como *Furtado* pensa o desenvolvimento, qual o mecanismo subjacente à dinâmica econômica. O autor examina em primeiro lugar as características da economia colonial do açúcar, indagando por sua possibilidade efetiva de expansão e evolução estrutural. Examina para isso o processo de formação de renda e de acumulação de capital na economia do açúcar. Caracteriza a economia colonial do açúcar seu rápido desenvolvimento desde finais do século XIX até meados do seguinte, assentada no trabalho escravo uma vez que, sem ele, a colonização se orientaria para a pequena produção para autoconsumo, o que iria contra a lógica imprimida à mesma colonização. O montante de capitais investidos na

pequena colônia ao final do século XVII era considerável, bem como o montante de renda gerado por essa economia, fortemente concentrada em mãos da classe dos proprietários do engenho, sendo pequena a parte correspondente a gastos, fora do engenho com transporte e armazenamento, gastos com assalariados no engenho e a compra de gado e de lenha. Pelo menos cinquenta por cento de renda gerada pela economia açucareira concentrava-se nas mãos de proprietários do engenho e de plantações de cana. Parte considerável dessa renda despendia-se com bens de consumo importados, mas existia nessa economia uma rentabilidade suficiente para duplicar sua capacidade produtiva a cada dois anos. A superprodução foi evitada na medida em que parte da renda passava das mãos dos proprietários para o comércio, constituindo-se assim em renda de não residentes.

As possibilidades de expansão e evolução estrutural dessa economia são examinadas comparando-se, em primeiro lugar, os efeitos da inversão numa economia industrial e numa economia exportadora escravista. Na primeira, a inversão aumenta a renda da coletividade em quantidade idêntica à mesma, uma vez que se transforma em pagamento a fatores de produção. Em uma economia como a açucareira, parte da inversão transforma-se em pagamentos feitos no exterior, com importação de mão-de-obra, de equipamentos e de materiais de construção. Todavia, a maior parte da inversão é originada na utilização da mesma mão-de-obra escrava, constituindo um escravo, para o empresário, a diferença entre o custo de reposição e manutenção dessa mão-de-obra e o valor do produto de seu trabalho. A nova inversão, portanto, fazia crescer a renda real apenas no montante do lucro do empresário, e não tinha expressão monetária, pois não era objeto de qualquer pagamento. Os gastos de consumo apresentam características semelhantes. Uma parte importante desses gastos consistia em importação de artigos de consumo, e outra parte em utilização da força de trabalho escrava para a prestação de serviços pessoais, não dando origem também a um fluxo de renda monetária. Observada em conjunto, essa economia, como os fatores de produção em sua quase totalidade pertenciam ao empresário, a renda monetária gerada no processo produtivo revertia em sua quase totalidade às mãos do próprio empresário. Essa renda expressava-se no valor das exportações, e a quase totalidade do dispêndio monetário no valor das importações, constituindo a diferença entre o dispêndio monetário total e o valor da importação, o movimento das reservas monetárias e a entrada líquida de capitais, além do serviço de fatores de produção de pessoas não residentes na colônia. O fluxo de renda dessa economia se estabelecia

portanto entre a unidade produtiva e o exterior. Nessas condições, o crescimento se realizava sem modificações sensíveis na estrutura do sistema econômico, e os retrocessos ocasionais tampouco provocavam qualquer mudança estrutural. Não havia, pois, nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento e autopropulsão. A economia escravista dependia pois, quase exclusivamente, da procura externa, mas sua estrutura tornava-se bastante resistente nos períodos em que a procura se enfraquecia.

Na economia criatória nordestina, observa-se algo semelhante, com as unidades produtivas tendendo a preservar sua forma original tanto nas etapas de expansão como nas de contração. Seu crescimento era de caráter permanentemente extensivo, mediante a incorporação de terra e mão-de-obra, não se traduzindo em modificações estruturais que rebatessem sobre os custos de produção e a produtividade. A reduzida expressão dos custos monetários, por seu turno, tonava a economia excepcionalmente resistente aos efeitos a curto prazo de uma baixa de preços, convindo continuar operando mesmo quando os preços sofressem forte baixa, pois não havia uso alternativo para os fatores de produção. No longo prazo, a economia açucareira, deprimidos os preços, atravessa uma fase de baixa rentabilidade, chegando mesmo a desorganizarem-se unidades mais débeis em favor de unidades melhor situadas em termos de terra e transporte. Na pecuária, a expansão é um processo endógeno resultante do aumento vegetativo do rebanho, e há sempre oportunidade de emprego para os elementos que perderam ocupação no setor açucareiro em lenta decadência, expandindo-se o setor de subsistência. A produtividade econômica do setor decresce, na mesma medida em que ele mesmo crescia em termos demográficos, dispersando-se a população, envolvendo a divisão do trabalho e a especialização, e retrocedendo as técnicas artesanais da produção. É este o panorama da região mais desenvolvida do Brasil após o declínio dos preços do açúcar causado pela concorrência antilhana a partir de meados do século XVII. Esse declínio econômico rebate também sobre o sul do País, onde está São Vicente.

Fica clara, assim, a importância que *Furtado* atribui, na dinâmica da economia colonial (seu crescimento, possibilidades de desdobramento e crise), ao fluxo de renda monetária dessa economia, cujo comportamento está atrelado, em última instância, às características básicas da colônia, como a grande exploração exportadora, o trabalho escravo, a concentração da renda e seus efeitos na inibição de um mercado interno e na articulação entre produção e consumo, que impedia, por

exemplo, que o crescimento demográfico representasse fator de dinamismo econômico. O exame do fluxo de renda se dá a partir das características estruturais profundas da colonização, ou do seu “sentido”, para usar o termo empregado por *Caio Prado Júnior* e utilizado também por Furtado na tese de doutorado, o que explica para este autor a precariedade da indústria na colônia e a inibição do desenvolvimento manufatureiro. Assim, *Furtado e Caio Prado Júnior* aproximam-se bastante, não apenas nos seus conceitos centrais e na sua problemática básica que é a transição para a economia nacional como também na forma de encarar a dinâmica dessa transição e a estrutura básica da colônia. Todavia, *Furtado* sobreleva *Caio Prado Júnior* na medida em que possui um aparato analítico retirado da economia que este último autor não usa. Mas é claro que *Furtado* fica devendo muito ao exame que *Caio Prado Júnior* havia feito da evolução econômica e histórica do País.

Podemos voltar a esse ponto examinando como *Furtado* analisa o fluxo de renda na economia mineira do século XVIII. Embora esta apresentasse uma renda média mais baixa da que conheceram as safras de açúcar, seu mercado apresentava maiores potencialidades. As importações nessa economia representavam uma proporção menor do dispêndio, a renda estava muito menos concentrada e a proporção da população livre era muito menor. Esses fatores induziam uma composição da procura em que encontraria maior espaço o mercado de bens de consumo corrente. A população, além disso, estava em grande parte reunida em aglomerações urbanas ou semi-urbanas, e a distância dos portos encarecia os produtos importados. Tudo isto favorecia o desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno, ao contrário do que se terá na região açucareira. Essa oportunidade de desdobramento e aprofundamento do tecido econômico, para *Furtado*, é perdida principalmente devido à incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras em escala apreciável, ligada ao pequeno desenvolvimento manufatureiro português desde a assinatura do *Tratado de Methuen* (1703), e, em menor medida, à proibição de instalação de manufaturas no Brasil em 1785. Na ausência dessa capacidade técnica, o afluxo do ouro brasileiro beneficiará principalmente ao país melhor dotado de condições para abastecer o mercado luso-brasileiro em rápida expansão, a Inglaterra, reforçando-se sua posição manufatureira e seu setor bancário. Não se criam, assim, na região mineira, formas permanentes de atividade econômica, à exceção de uma pequena agricultura de subsistência, e o declínio do ouro se traduz na atrofia econômica rápida e geral, desarticulando-se a

mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se a população na economia de subsistência de baixíssima produtividade.

Para *Caio Prado Júnior*, a inibição do desenvolvimento industrial brasileiro devia-se à política metropolitana, mas antes da situação política e administrativa do País, como simples colônia de uma metrópole de vistas curtas, ressalta-se o regime econômico a que a colônia foi submetida como peça de produção de alguns gêneros tropicais destinados previamente à exportação. É esse o sentido que *Caio Prado Júnior* vê também na economia mineira, com seu corolário de uma visão metropolitana meramente fiscalista, refletindo-se numa sociedade caótica marcada pela ignorância, a rotina e a incapacidade de organização. Não é claro, portanto, que para *Caio Prado Júnior*, a economia mineira apresentava possibilidades de desdobramento maior que a economia açucareira. Isso, contudo, não fere a lógica da análise do autor, que procura na conformação de um mercado interno, onde ele possa ser gestado, o embrião de uma mudança qualitativas da economia colonial e de sua função de colônia produtora de gêneros tropicais, agrícolas e minerais, destinados ao mercado externo. Apenas *Furtado* pensa que este embrião possa ter existido na região mineira, mas perdido pela baixa capacidade técnica do imigrante portugueses.

Prosseguindo a análise, vimos que para *Furtado* a primeira metade do século XIX constitui uma fase de transição política para a economia nacional. Embora o núcleo maranhense experimentasse uma breve fase de expansão com a Revolução Industrial e o impulso dado à produção algodoeira, bem como o açúcar experimentasse uma fase de prosperidade com o colapso da produção do Haiti e a desarticulação do império colonial espanhol na América, toda essa etapa se fundou em condições de anormalidade no mercado mundial de produtos tropicais. Superada essa etapa, o Brasil encontraria, já como nação independente, sérias dificuldades para defender sua posição nos mercados dos produtos que tradicionalmente exportava. Fazem parte desse período os marcos constituídos pela Independência em 1822, o acordo com a Inglaterra em 1827 e a eliminação do poder pessoal do Imperador em 1831, levando ao poder a classe colonial dos senhores da grande agricultura da exportação. A ideologia liberal preconizada pela Inglaterra nessa fase de capitalismo concorrencial era aplicada unilateralmente. Dificultando a entrada de produtos brasileiros e procurando dar competitividade à produção açucareira do Haiti pela contra o tráfico, a Inglaterra cria uma tensão duradoura com a classe dominante brasileira. Todavia, não se pode afirmar que o desenvolvimento econômico brasileiro

teria sido muito mais intenso sem esses atritos na medida em que o País não dispunha de um produto capaz de estimular a economia com sua exportação. Entretanto, as baixas tarifas aduaneiras da primeira metade do século cortaram recursos financeiros do governo, numa etapa de dificuldades econômicas que criavam uma insatisfação em todas as regiões do País. A consolidação da Independência encontrava, assim, sérios obstáculos, e as dificuldades do governo levaram a uma política de emissões de papel-moeda e desvalorização do câmbio, rebatendo fortemente sobre as camadas urbanas.

A expansão das exportações impunha-se como condição básica para o desenvolvimento brasileiro, nesse período num país carente de base técnica. A industrialização era uma meta inatingível sem uma capacidade para importar em expansão e com um consumo em declínio desde a crise da economia mineira. Ao mesmo tempo, a indústria têxtil inglesa, após a Revolução Industrial, não podia encontrar concorrentes no País, e a exportação de máquinas pela Inglaterra era seriamente impedida. A industrialização teria de ser precedida por uma firme e ampla expansão do setor exportador, que se encontrava estagnado, à exceção do café, que iniciava sua marcha no sul do País. *Furtado* calcula que a renda per capita do período deve ter sido mais baixa que em qualquer outro período da colônia, considerando as várias regiões. O resultado líquido do período foi a instalação de um sistema administrativo rudimentar, a criação de um banco nacional e a preservação da unidade nacional. O desenvolvimento com base no mercado interno era impossível dado o baixo grau de complexidade da economia e a ausência de uma relativa autonomia tecnológica, bem como a inexistência de afluxo de capitais externos num país estagnado. Como assinala *Furtado*, o problema do Brasil era encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra, o único fator de produção abundante no País, uma vez que capitais praticamente não existiam e grande parte da mão-de-obra escrava se imobilizava na indústria açucareira ou em serviços domésticos. O Brasil encontra esse produto no café, cuja predominância se define na metade do século. O primeiro período de transição para a economia nacional estava encerrado.

Este período é trabalhado por *Caio Prado Júnior* de forma mais pobre que por *Furtado*. Em primeiro lugar, *Caio Prado Júnior* confere razoável importância às baixas tarifas alfandegárias como inibidoras da diversificação econômica, vendo nisso um reforço da posição colonial da economia brasileira, bem como causadoras de perturbações sociais graças à ruína da pequena indústria local. *Furtado*, ao contrário,

ao perceber o período como de estagnação econômica, mostra que nenhuma iniciativa industrial vingou independentemente do nível da tarifa. Além disso, *Furtado* atenta para a idéia de que a industrialização só poderia surgir induzida pelas exportações, o que significa atentar para um padrão de crescimento industrial que *Caio Prado Júnior* não destaca, embora veja no período posterior, a ligação entre a expansão cafeeira baseada no trabalho assalariado e o crescimento industrial. *Furtado*, embora em última análise não divirja de *Caio Prado Júnior*, é mais preciso nas suas colocações na medida em que tem um aparato analítico em economia não revelado por *Caio*.

A segunda metade do século XIX, de transição econômica para a economia nacional, foi marcada por rápido crescimento das exportações, tanto em volume físico como em preços, que estimula o crescimento da renda real e per capita, mostrando que finalmente o Brasil havia se integrado nas correntes em expansão do comércio internacional, especialmente com o café e com a borracha. Nesse período, o fato mais importante na economia brasileira foi o aumento da importância relativa do setor assalariado, gerando por seus impactos sobre o fluxo de renda, modificações estruturais que levariam, na primeira metade do século XX, à formação de uma economia de mercado interno. O fluxo de renda criado pelas exportações propaga-se de modo a transformar um aumento de impulso externo em aumento da massa de salários e logo em procura maior de artigos de consumo. A produção destes é incrementada dada a existência de mão-de-obra e terras subutilizadas, especialmente nas zonas de atividade de subsistência. Assim, melhora a utilização de fatores já existentes no País e aumenta a produtividade fora da unidade produtora-exportadora. A massa de salários pagos no setor exportador constitui pois o núcleo de uma economia de mercado interno. Como assinala *Furtado*, quando convergem certos fatores, o mercado interno tem condições de crescer mais intensamente que a economia de exportação, ainda que o impulso de crescimento se origine nesta última (*HEB*, p.152). É importante notar que, com o aumento dos preços externos, que é a forma como o impulso externo primeiro se apresenta, crescem os lucros que se tratam de inverter em novas plantações. Como há elasticidade de oferta de mão-de-obra e abundância de terras, a expansão não é afetada por aumento de salários ou da renda da terra. Entretanto, o deslocamento da força de trabalho para as regiões mais dinâmicas eleva o salário real médio do conjunto da economia. A existência dessa massa amorfa de mão-de-obra formada no País ao longo dos séculos anteriores foi fundamental para o desenvolvimento de um novo sistema econômico baseado no trabalho assalariado.

Além disso, como a população crescia muito mais rapidamente no setor monetário que no conjunto da economia, a massa de salários monetários, que é a base do mercado interno, aumentava mais que o produto global.

Para compreender a dinâmica dessa economia baseada no trabalho assalariado, assinalem-se alguns dos problemas postos ao seu funcionamento. O primeiro é a impossibilidade de adaptar-se às regras do padrão-ouro que forma a base da economia internacional no período, dadas a elevada participação relativa de um país como o Brasil, exportador de produtos primários no comércio internacional, e a dependência da economia das exportações, que a tornava sujeita a oscilações muito mais agudas. Numa economia como a nossa, um brusco desequilíbrio no balanço de pagamentos conduziria a uma grande redução no meio circulante, traumatizando o sistema, dado o alto coeficiente de importações da economia. Esse tipo de problema está ligado ao regime de trabalho assalariado, quando a procura monetária cresce mais que as exportações, abrindo a possibilidade de desequilíbrio externo. Assim, ao crescer a renda criada pelas exportações, cresce a massa de pagamentos a fatores realizados dentro da economia, ampliando-se a renda primeiro pelo crescimento das exportações e em seguida pelo efeito multiplicador interno. Parte dessa renda aumentada terá de ser satisfeita por importações, segundo uma relação entre o aumento da renda e o das importações. Quando deflagra uma crise nos centros industriais, os preços dos produtos primários caem bruscamente, reduzindo as divisas com exportações do país dependente. Entretanto, o efeito dos aumentos anteriores no valor e volume das exportações continua a propagar-se lentamente. Há uma etapa intermediária em que a procura de importações continua crescendo, enquanto a oferta de divisas se reduz bruscamente. A mobilização das reservas metálicas, segundo as regras do padrão-ouro, teria de assumir grandes dimensões, dada a alta participação das importações no dispêndio global e as flutuações muito grandes da capacidade para importar, aliando-se ao comportamento adverso da conta de capital nas etapas de depressão. A crise na economia de trabalho assalariado, tipo dependente, revela-se pois em desequilíbrio inicial de grandes proporções no balanço de pagamentos e em piora nos termos de intercâmbio, bem como em problemas pelo lado da conta de capitais. O pleno funcionamento do padrão-ouro exigiria portanto, imensas reservas metálicas, tornando-o difícil, o que é consequência da passagem da economia exportadora escravista para o novo sistema baseado no trabalho assalariado.

Por outro lado, a grande desocupação ou subocupação de terra e mão-de-obra

no País não cria nenhum estímulo ao aumento de produtividade física. O aumento da produtividade refletia elevações ocasionais de preços, que o empresário não repassava. Essas elevações de preços se manifestavam durante o ciclo econômico, sendo de se esperar que as flutuações dos preços de exportação se exprimissem em contrações e expansões da margem de lucro do empresário. Isto entretanto não ocorria, na medida em que o desequilíbrio da balança de pagamentos era corrigido através de reajustamentos da taxa cambial. Essa correção se fazia encarecendo-se os produtos importados e reduzindo sua procura dentro do País, sem necessidade de liquidar reservas de que o País aliás não dispunha. Assim, cortava-se o poder de compra dos consumidores de artigos importados, elevando os preços destes, e se dificultava a exportações de capitais. Ao mesmo tempo, a redução do valor externo da moeda implicava prêmio aos exportadores, num processo em que se transferia renda dos que pagavam as importações para os que vendiam as exportações, sociabilizando-se as perdas que a crise tendia a concentrar nos lucros, dada a baixa elasticidade-renda da procura dos artigos essenciais utilizados pela massa consumidora por causa de sua essencialidade. Essa era uma forma natural de defesa da economia dependente na crise, resguardando-a da pressão esmagadora que vinha do exterior. Como indica *Furtado*, se a baixa dos preços de exportação se traduzisse em redução dos lucros do empresário, muitos teriam de interromper a produção do café ou a compras a pequenos produtores locais, tendendo-se a paralisar uma grande parte da atividade econômica. Como não havia uso alternativo para a terra e a mão-de-obra, a perda total de renda seria de grandes proporções, ampliando-se o efeito depressivo por uma série de efeitos secundários sobre a economia de mercado interno. Dificilmente essa crise provocaria estímulos ao aumento da produtividade ou qualquer outro tipo apreciável de benefício econômico. Assim, qualquer que fosse a redução no preço internacional do café, era vantajoso à coletividade manter o nível das exportações, defendendo o nível de emprego e limitando os efeitos secundários da crise, pela socialização dos seus prejuízos.

No panorama da conformação e funcionamento da economia exportadora de trabalho assalariado ressalta-se a ampliação dos grupos de interesse, primeiro a nível regional, uma vez que as necessidades de ação administrativa no sul do País são cada vez maiores. A proclamação da República toma assim o aspecto de reivindicação da autonomia regional, e aos novos governos estaduais caberá no dois primeiros decênios da vida republicana um papel fundamental na política econômico-financeira.

Na esteira desse processo está a abertura de grandes facilidades de crédito que origina uma etapa de grande atividade econômica. A rápida expansão da renda leva a grande pressão sobre o balanço de pagamentos, declinando fortemente a taxa cambial. Essa depreciação da moeda provoca intranquilidade social e política, e os grupos exportadores terão crescentemente de enfrentar a resistência à queda de valor da moeda da classe média urbana, assalariados urbanos e rurais, produtores agrícolas, empresas estrangeiras que exploram serviços públicos e os nascentes grupos industriais interessados mais em aumentar a capacidade produtiva que em proteção adicional. Abre-se assim um período de tensões entre os níveis de governo federal e estadual, refletindo a luta política entre os interesses dos exportadores agrícolas de um lado e, de outro, os novos grupos sociais de rendas não derivadas da propriedade, com crescente influência sobre o governo central.

Nesta etapa da formação econômica do País, ficam claros portanto a emergência de um mercado interno nucleado na massa de salários pagos no setor exportador, a tendência ao desequilíbrio externo que se manifesta com a procura monetária crescendo mais que as exportações e os mecanismos de defesa do nível de renda e emprego na crise da economia dependente centrados na desvalorização cambial. Esses elementos serão fundamentais para que se compreenda como após 1930 o mercado interno pôde se tornar o eixo dinâmico da economia. Sem negar as diferenças analíticas entre *Furtado* e *Caio Prado Júnior*, notemos que este também vê na primeira metade do século XIX um período de transição política criada com a Independência, e na segunda metade do mesmo século o momento em que o País, graças à dinamização das suas exportações, entrará num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica. A par dessa ativação econômica, todavia, reforça-se contraditoriamente o estatuto colonial da economia brasileira na medida em que se reforçava seu papel de grande produtora de lavouras de exportação. Mas ao mesmo tempo, abolição da escravidão e a imigração européia, refletindo no crescimento da população e do seu nível de vida, constituirão e ampliarão um mercado interno pelo desenvolvimento do fator consumo no interior da economia em que antes prevalecia o elemento produção. *Caio Prado Júnior* nota também que a expansão do mercado interno teve a princípio de ser atendida com importações crescentes, o que se tornava cada vez mais difícil pelo desequilíbrio financeiro que provocava, traduzindo-se em desvalorização cambial da moeda. Parece-me assim que elementos centrais da análise de *Furtado* estão presentes,

embora menos rigorosamente, na análise de *Caio Prado Júnior*.

Retomando a análise de *Furtado*, a primeira metade do século XX está marcada pela progressiva emergência de um sistema cujo centro dinâmico principal está assentado no mercado interno. Este processo está marcado em primeiro lugar pela crise da economia cafeeira. A crise tem suas raízes na tendência estrutural dessa economia à superprodução. Isto ocorre porque os empresários das economias exportadoras de matérias-primas, ao investirem, precisavam escolher entre um número limitado de produtos que entravam no comércio internacional. O produto com maior vantagem relativa no caso do Brasil era o café. Enquanto o preço do café não baixasse a ponto de anular essa vantagem relativa, as inversões tenderiam a se concentrar em sua produção, criando uma tendência ao seu crescimento independentemente do crescimento de procura. Em princípios do século configura-se a primeira crise de superprodução, que, dada a posição de grande produtor mundial do Brasil, pôde ser enfrentada contraindo-se artificialmente a oferta, retirando parte da produção do mercado, financiando-se essa operação com recursos externos. Isto ocorre num momento em que era impossível apelar para novas desvalorizações cambiais, dada a extrema pressão sobre a massa de consumidores urbanos. Todavia, a defesa do café, ao manter firmes os preços e os lucros elevados, fazia com que as inversões no setor continuassem atraentes, pressionando cada vez mais a oferta. Esta pressão de oferta ocorre porque a demanda nos países industrializados cresce com a população e a urbanização mas sem sofrer influência do aumento da renda per capita nesses países. Configura-se pois, um desequilíbrio estrutural entre oferta e procura, uma vez que não se podia esperar um aumento sensível da procura pela via da elevação de renda disponível para consumo nos países importadores nem se podia pensar em elevar o consumo baixando os preços. A única forma de evitar enormes prejuízos para os produtores e para o país exportador era retirar parte da produção do mercado, evitando que a oferta se elevasse acima da procura, mantendo um consumo per capita mais ou menos estável no curto-prazo. Criava-se assim, uma situação insustentável, aprofundando-se cada vez mais o desequilíbrio entre a oferta e a procura. Por outro lado, a manutenção de preços elevados do café estimulava sua produção em outros países, destruindo a posição semi-monopolística que permitia ao Brasil manter a política de valorização.

Com a crise de 1929 conjugava-se uma oferta que havia crescido fortemente com uma crise pelo lado da procura, ao mesmo tempo em que as condições do

mercado internacional de capitais tornava impossível o financiamento de retenção de novos estoques. A defesa da economia cafeeira se deu em primeiro lugar pela queda do valor externo da moeda, transferindo o grosso das perdas ao conjunto da coletividade pela alta dos preços das importações. Em segundo lugar buscou-se forçar o mercado logrando-se aumentar em 25% o volume físico exportado entre 1929 e 1937. Ainda assim, uma parte apreciável da produção ficava sem possibilidade de colocação no mercado. Todavia, a depreciação da moeda induzia o empresário brasileiro a continuar colhendo o café, mantendo a pressão sobre os preços e originando nova depreciação da moeda, agravando a crise. Como a depreciação da moeda era menor que a baixa de preços do café, por ser influenciada também por outros fatores, chegar-se-ia a um ponto em que os prejuízos com o café induziriam o abandono das lavouras, restabelecendo-se somente então o equilíbrio entre a oferta e a procura do produto. A depreciação cambial, portanto, não mais funcionava como mecanismo efetivo de defesa de economia cafeeira nas condições criadas com a crise de 29. Era necessário evitar que os estoques invendáveis pressionassem sobre os mercados, provocando maiores baixas de preços, o que se fez retendo e destruindo parte da produção cafeeira, financiando-se a operação com recursos internos.

Esta política implicava manter o nível de emprego na atividade exportadora e, indiretamente, nos setores ligados ao mercado interno na medida em que, evitando-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia. Embora os preços pagos aos produtores de café hajam se reduzido à metade, a quantidade produzida de café cresceu, fazendo com que a redução da renda monetária entre 1929 e o ponto mais baixo da crise, em 1932, fosse relativamente pequena face à de outros países. A política de defesa do setor cafeeiro constituiu-se, assim, num programa de fomento da renda nacional e numa política anticíclica de maior amplitude que a seguida por qualquer país industrializado. A recuperação da economia observada a partir de 1933 não se deve pois a nenhum fator externo e era um produto da defesa dos interesses cafeeiros. A acumulação de estoques financiada dentro do País, com base em uma expansão de crédito, representava uma criação de renda que se somava à renda criada pelo gasto em consumo e inversão, evitando-se uma queda mais profunda da procura nos setores que dependiam indiretamente da renda criada pelas exportações. A diferença entre a inversão líquida e a acumulação de estoques invendáveis de café residia em que

aquela criava capacidade produtiva e esta não, mas esse é um aspecto secundário nos momentos de depressão, nos quais é muito mais importante utilizar a capacidade produtiva ociosa pela criação de demanda efetiva para aumentar essa capacidade produtiva.

A política de fomento da renda resultava em um desequilíbrio externo que tendia a se aprofundar, na medida em que a criação de meios de pagamento para financiar os estoques criava uma renda acrescida pelo multiplicador e induzia a uma demanda por importações que as divisas geradas pelas exportações não podiam cobrir. Esse desequilíbrio era corrigido pela depreciação do poder aquisitivo externo da moeda, reduzindo o coeficiente de importações da economia. Essa renda que não podia ser despendida em importações ficava represada no País, pressionando os produtores internos. A procura interna passa, assim, a ter uma importância crescente como elemento dinâmico, na proporção em que se mantinha mais firmemente que a procura externa, oferecendo melhores oportunidade de inversão que o setor exportador. O setor ligado ao mercado interno passa, dessa forma, a ter preponderância no processo de formação de capital. Nos quinze anos que se seguiram à crise, a capacidade produtiva dos cafezais foi reduzida à metade com a fuga dos capitais que se formavam nesse setor, e a quase supressão dos gastos de manutenção e reposição. Grande parte desses capitais foi absorvida por outras atividades agrícolas de exportação, mas o fator dinâmico principal passa a ser o mercado interno. A manutenção de um elevado nível de procura, represada na maior parte dentro do País, pelo corte das importações, elevou a taxa de rentabilidade das atividades industriais e agrícolas ligadas ao mercado interno, que crescem impulsionadas por maiores lucros e pelos capitais que migravam do setor exportador. Embora a capacidade par a importar equipamentos pelos setores de mercado interno haja se reduzido com a depreciação da moeda, o fator mais importante na primeira fase de expansão da produção foi o aproveitamento mais intenso da capacidade instalada, criando os fundos necessários à expansão subsequente graças à alta rentabilidade. Além disso, apresentou-se a possibilidade de adquirir, a baixo preço no exterior, equipamentos de segunda mão de fábricas atingidas pela recessão industrial.

A expansão da produção para o mercado interno refletiu-se em crescimento da procura de bens de capital, o que, aliado aos altos preços desses bens provocado pela depreciação cambial, criou condições para a instalação no País de uma indústria de bens de capital. A procura de bens de capital cresceu num período em que eram

reduzidas suas possibilidades de importação, criando estímulo para a produção desses bens numa economia dependente como a brasileira. A economia brasileira havia portanto encontrado estímulos, dentro de si mesma, para anular os efeitos depressivos vindos de fora, bem como, para fabricar parte dos materiais necessários à reposição e expansão de sua capacidade produtiva. Fica claro, pois, que a expansão da produção de café e os planos de defesa do governo responderam em grande parte pela manutenção da renda real do setor exportador. Manteve-se assim a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador, o que, associado ao grande encarecimento das importações, à existência de capacidade ociosa em indústrias ligadas ao mercado interno e de um embrião de indústrias de bens de capital, explica o rápido crescimento da produção industrial, que passa a ser o fato dinâmico principal no processo de criação de renda. Esta mudança só foi possível na medida em que, baixando fortemente a capacidade para importar, foi necessário estabelecer um novo nível de preços relativos entre artigos de produção interna e artigos importados. As indústrias destinadas a substituir importações só se desenvolveram com base nesse novo nível de preços relativos, o que significa que a taxa de câmbio passou desde então a ser uma peça fundamental no funcionamento da economia, que não podia ser abandonada às contingências de maior ou menor disponibilidade de divisas. A economia pedia um mecanismo de ajuste e de defesa que era central na estrutura econômica com raízes coloniais, o que se manifestará nos anos 40 com a guerra.

Portanto, para *Furtado*, a transição para uma economia cuja dinâmica é dada pelas atividades industriais ligadas ao mercado interno, implicando o processo de industrialização, representa o estágio final de transição para a economia nacional, estágio no qual desempenha papel crucial a política econômica pós 30. Retomando agora a análise de *Caio Prado Júnior*, vemos que a primeira metade do século XX é dividida num primeiro período, que vai na verdade desde a instauração da República até 1930 e o período posterior. No primeiro, assiste-se ao apogeu da economia exportadora de produtos tropicais e matérias-primas, centradas no café sobretudo, graças a um conjunto de fatores externos, como o grande incremento do comércio internacional e a ação da grande finança e dos interesses comerciais estrangeiros, e de fatores internos, como o espírito burguês liberado pela proclamação da República e a solução encontrada para o problema da mão-de-obra. Todavia, a concentração das atividades econômicas nesses produtos de exportação logo revela o seu limite na tendência às crises de superprodução manifestadas já no início do século. O

desequilíbrio externo, entretanto, contribui para a diferenciação das atividades econômicas e produtivas do País, enfrentando a dependência excessiva de importações e atingindo sua expressão máxima no desenvolvimento da indústria manufatureira. Esta é estimulada pela queda constante do câmbio e pela elevação das tarifas alfandegárias. A indústria crescerá sobretudo nos momentos de declínio das importações e do câmbio, como ocorre durante a I Guerra, passando progressivamente a ocupar um papel indispensável no funcionamento normal da economia brasileira. Nos períodos de conjuntura favorável às finanças externas, a indústria sofre fortemente a concorrência de mercadorias estrangeiras, como entre 1924 e 1930. O crescimento industrial gera-se sobretudo graças à instalação de subsidiárias de grandes empresas estrangeiras, montando no País prolongamentos de suas filiais na forma de seções de acabamento de seus produtos, mas passando em certos casos, depois da I Guerra, a suprir com fabricação própria, a sua própria produção. Esta indústria estrangeira será a principal responsável por uma indústria de base, no período, embora ainda incipiente. Marca todo esse período a ação do imperialismo, que embora apresente um conjunto de aspectos negativos, ajudou a entrosar o País no mundo contemporâneo, realizando aqui grande parte de seu progresso.

A crise de 29 abre um novo período, o período final de superação da antiga economia colonial, quando fica patente que a economia e a vida do País não podiam mais se manter à base do sistema produtivo tradicional, crescendo fortemente a produção substitutiva de importações. Ganha força, assim, o setor nacional d economia brasileira, aquele destinado à atender o mercado interno, especialmente no que tange à produção manufatureira. Nesse período, os limites das possibilidades de exportações de produtos primários ficam claros, e o desequilíbrio das finanças externas refletir-se-á numa nova relação de preços internos e externos devido à desvalorização cambial, estimulando a produção substitutiva. Nesse sentido, a economia passa crescentemente a se estruturar com base nas próprias necessidades da população brasileira, e não de interesses estranhos. A passagem para a economia nacional, contudo, não se faz completamente. Assim, a indústria se desenvolverá sem um plano de conjunto, objetivando atender alguma necessidade incapaz de ser atingida por importações, indústrias de base se mostrarão ainda insuficientes e débeis, e a depreciação cambial onera as importações de equipamento, resultando numa indústria envelhecida tecnologicamente, e os setores atendidos pela indústria

substituta são os de maior poder aquisitivo, deixando à margem o atendimento das necessidades da massa da população. Esses vícios se reforçam pela ação do imperialismo, que molda a industrialização brasileira aos seus interesses, e contribui para o reforçamento do antigo papel exportador pelo fato de as divisas necessárias à sua remuneração serem aquelas obtidas com as exportações de produtos primários.

Fica claro, assim, que para *Caio Prado Júnior*, como para *Furtado*, o ano de 1930 marca o início da etapa decisiva da constituição da economia nacional, mas esta etapa ainda não se encerrou, na medida em que persistem os problemas da construção de um Estado democrático e republicano e da pobreza da massa de população, bem como, o original intercruzamento entre a luta capital versus trabalho e a luta nação versus império, nas quais ambos os autores militaram de forma exemplar.

Textos utilizados:

- 1 – Furtado, Celso, “Formação Econômica do Brasil”, Cia Editora Nacional, SP, 1965.
- 2 – Furtado, Celso, “Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII”, Hucitec/Abphe, SP, 2000,
- 3 – Leão, Igor Zanoni Constant Carneiro, “A matriz teórica de Caio Prado Júnior: a nação inconclusa”, tese, inédita, Instituto de Economia da Unicamp, 1994.
- 4 – Prado Júnior, Caio, “História Econômica do Brasil”, Círculo do Livro, s/d.
- 5 – Szmrecsányi, Tamás, “Sobre a formação da *Formação Econômica do Brasil* de C. Furtado”, Estudos Avançados 13(37), 1999.
- 6 – Tavares, Maria da Conceição, “Subdesenvolvimento, dominação e luta de classe”, in “Celso Furtado e o Brasil”, organizado pela autora e publicado pela Editora Fundação Pensar Abramo, SP, 2000.